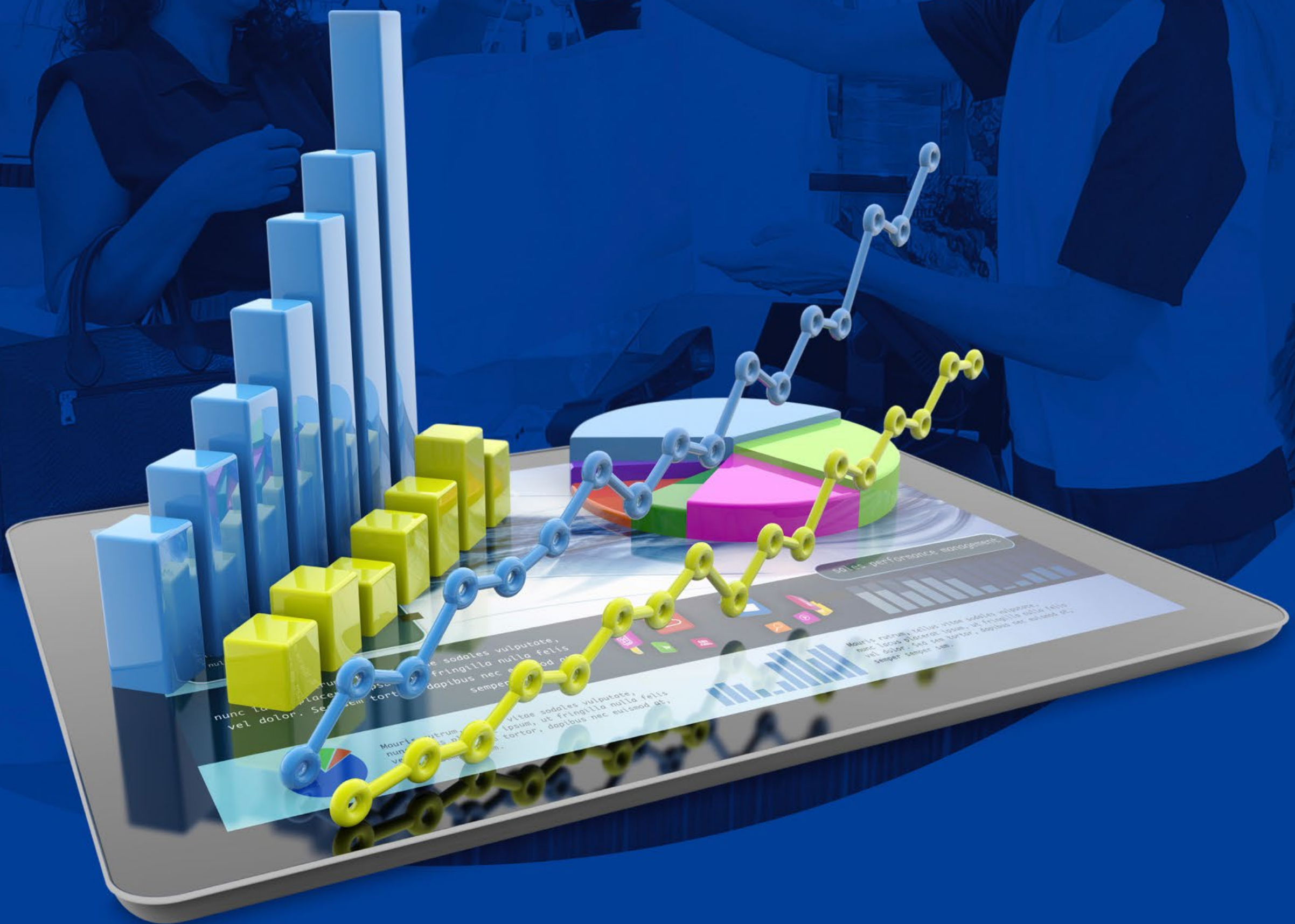




PANORAMA DO COMÉRCIO

MARÇO/2022



RESUMO

UM NOVO CHOQUE: CONFLITO NO LESTE EUROPEU ELEVA PROJEÇÕES DE INFLAÇÃO E JUROS; VENDAS DO VAREJO APRESENTAM RESULTADO POSITIVO EM JANEIRO DE 2022

No primeiro mês de 2022, o comércio varejista registrou um crescimento de 0,8%, na comparação com o mês imediatamente anterior, segundo o IBGE. Interrompendo uma sequência de quedas, de acordo com a FGV, a confiança do setor cresceu 2,5% em fevereiro de 2022. No início do ano, o destaque negativo para o comércio foi o saldo de vagas formais trabalho: o número de desligamentos superou as admissões, resultando no fechamento de 60,1 mil postos de trabalho. Apesar do resultado mensal negativo, cumpre notar que, ao longo dos últimos 12 meses, o setor foi responsável pela criação de mais de 580 mil postos formais de trabalho.

No panorama macroeconômico, o grande destaque foi a divulgação do crescimento do PIB em 2021. O avanço foi de 4,6%, compensando as perdas provocadas pela pandemia. O desemprego caiu para 11,1% no trimestre encerrado em dezembro de 2021. No mesmo período de 2020, a taxa de desemprego era de 14,2%. Esses dados mostram que o ano de 2021 marcou a travessia da crise econômica e sanitária à medida que os setores desenvolveram protocolos para continuar funcionando em meio à pandemia e a vacinação foi avançando.

Panorama do Comércio



0,8%

Avanço das vendas do comércio varejista em jan-22



2,5%

Crescimento da Confiança do Comércio em fev-22



-60,1 mil

Saldo de vagas formais fechadas pelo comércio em jan-22

Panorama Macro



11,1%

Taxa de desemprego no trimestre encerrado em dez-21



10,54%

Inflação de fev-22 (IPCA)



10,75%

Meta para a taxa SELIC

Para 2022, restam como desafio o avanço persistente da inflação, que chegou a 10,54% em fevereiro de 2022 e a perspectiva de baixo crescimento. Esses desafios são agravados ainda por um novo choque: o conflito no leste europeu, que tem elevado as projeções para a inflação e para a taxa de juros.

O termômetro do consumidor mostra por fim, um novo recorde de endividamento, de acordo com dados da CNC: 76,6% das famílias relatam ter alguma dívida, segundo o levantamento de fevereiro de 2022. Outro dado relevante do quadro dos consumidores é que tanto o Indicador de Confiança quanto o Indicador de Perspectiva de Consumo estão abaixo do patamar pré-pandemia.

Em suma, a economia brasileira chega ao segundo trimestre do ano com alguns dados positivos de curto prazo e algumas incertezas adicionais, provocadas pelo novo choque na economia mundial. Os desdobramentos do conflito no leste europeu serão cruciais para determinar a trajetória da inflação, dos juros e do consumo.

Termômetro do consumidor



-0,1%

Queda do Indicador de Perspectiva de Consumo (fev-22 ante jan-22)



5,1%

Crescimento do Indicador de Confiança (fev-22 ante jan-22)



76,6%

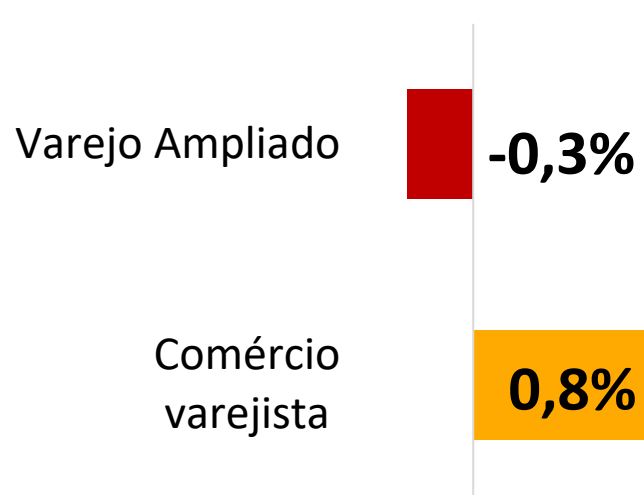
Percentual de famílias endividadadas

DADOS DO VAREJO

Vendas do comércio varejista crescem 0,8% em janeiro de 2022; número de estabelecimentos comerciais chegou a 2,4 milhões em 2021

Vendas do comércio

Janeiro de 2022 | Variação mensal



Novos estabelecimentos

Estoque e variação de estabelecimentos comerciais



2,4 milhões

Número de estabelecimentos comerciais ativos em 2021



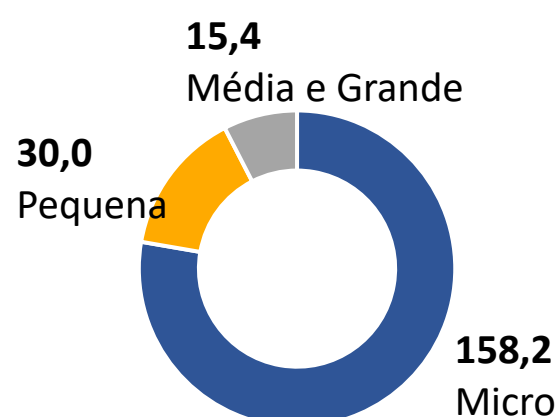
204,4 mil

Saldo líquido de novos registros de CNPJ do comércio

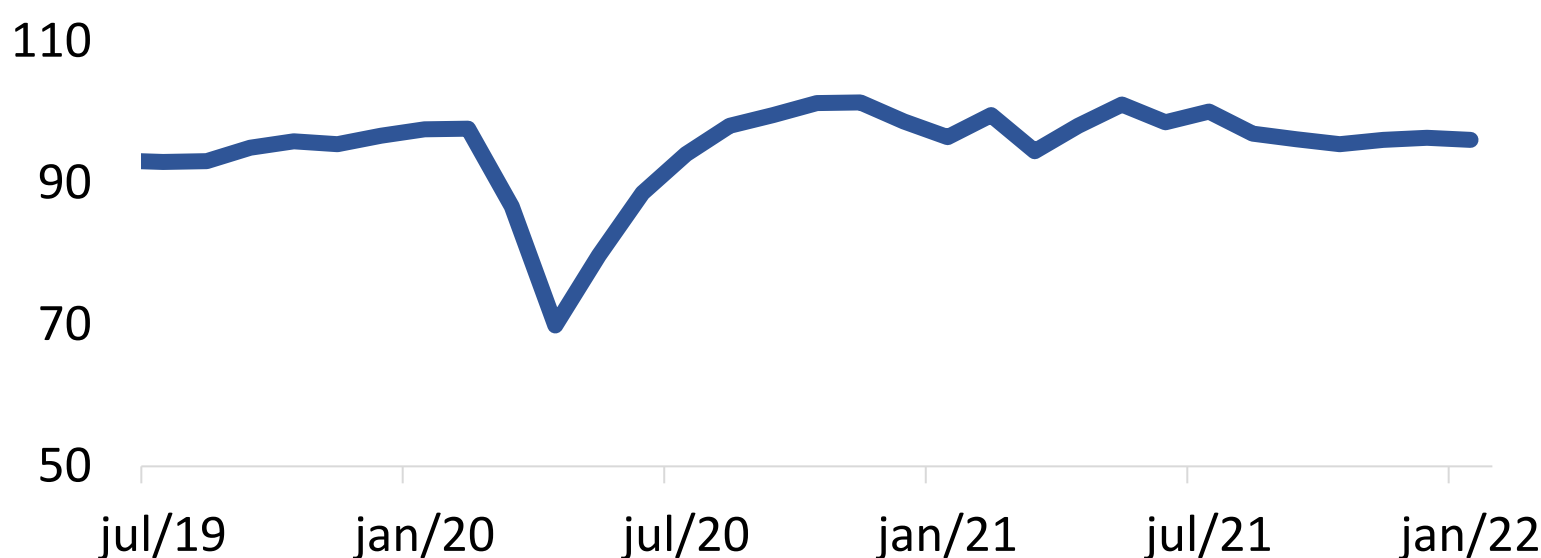
Segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, o volume de vendas do comércio varejista registrou alta de 0,8% em janeiro de 2022, na comparação com o mês imediatamente anterior. Já o varejo ampliado, que inclui, além do comércio varejista, as vendas de veículos, motos, peças e materiais de construção, registrou queda de 0,3%. Na comparação entre os 12 meses encerrados em janeiro de 2022 e os 12 meses anteriores, as vendas do comércio varejista acumulam alta de 1,3%, enquanto o varejo ampliado acumula alta de 4,6%. Um balanço dos últimos dois anos mostra que o desempenho das vendas retornou ao patamar pré-pandemia, mas encontra resistência para avançar além daquele nível, conforme mostra o gráfico abaixo. Dados compilados pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)** através do CNPJ permitem observar também a evolução do número de estabelecimentos do comércio varejista em 2021. De acordo com o levantamento, o número de estabelecimentos comerciais ativos chegou a 2,4 milhões, indicando um saldo líquido de 204,4 mil novos estabelecimentos.

Por porte

Em milhares











Vendas do varejo ampliado
Número índice (Vendas de 2014 = 100)



VENDAS DO VAREJO POR SEGMENTOS

Segmento de “Tecidos e Vestuário” lidera alta das vendas; o maior recuo foi do segmento de Móveis e eletrodomésticos

O detalhamento do volume de vendas do comércio por setor mostra que, das oito atividades analisadas, quatro registraram alta na comparação entre os 12 meses encerrados em janeiro de 2022 e os 12 meses anteriores. Esse resultado mostra que a recuperação do setor não tem sido homogênea. As diferenças refletem aspectos conjunturais e estruturais, como a transformação dos hábitos de consumo. Entre os segmentos analisados, o que apresentou a maior variação foi o de “Tecidos e Vestuário”, com avanço de 16,1%. Em seguida, com crescimento de 11,3%, aparece o segmento de “Outros artigos de uso pessoal”, que inclui lojas de departamento, óticas, brinquedos e artigos esportivos, entre outros. “Artigos farmacêuticos” tiveram alta de 9,6% no volume de vendas. Entre as quedas, o maior destaque foi para o segmento de “Móveis e Eletrodomésticos” (-7,5%). Também registraram queda os segmentos de “Livros, jornais e revistas” (-4,0%) e de “Hipermercados” (-2,8%).

Segmento	Acumulado em 12 meses
 Tecidos e vestuário	16,1%
 Outros artigos de uso pessoal	11,3%
 Artigos farmacêuticos	9,6%
 Combustíveis	0,4%
 Materiais para escritório	-1,4%
 Hipermercados	-2,8%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,0%
 Móveis e eletrodomésticos	-7,5%

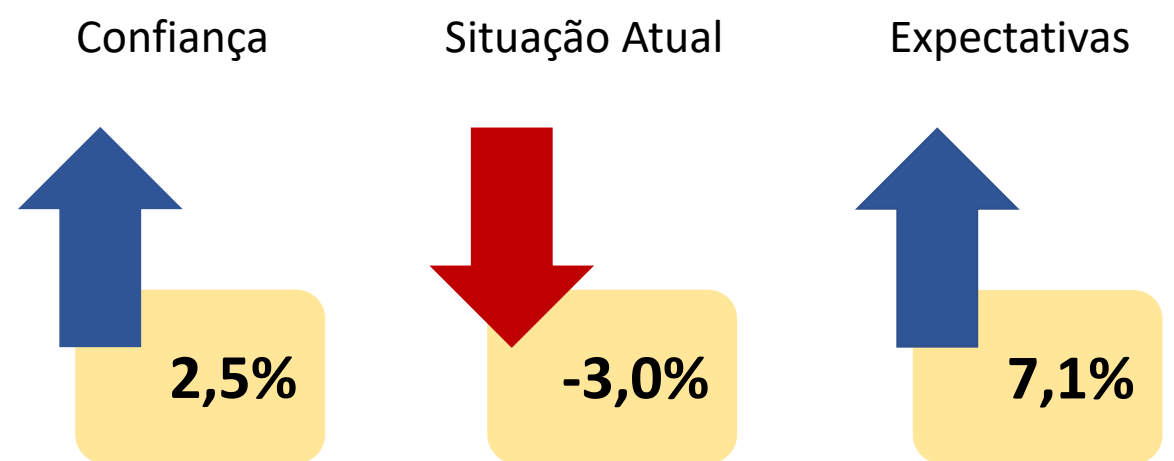
INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Confiança do comércio sobe 2,5% em fevereiro, puxada pelas expectativas; percepção sobre a situação atual piora

A confiança do comércio registrou alta em fevereiro de 2022, depois de três quedas consecutivas. O Indicador medido pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)** alcançou 87,0 pontos, o que representa um avanço de 2,5% na comparação com o resultado observado em janeiro (84,9 pontos). O dado de confiança pode ser lido como um termômetro do desempenho do setor.

Variação da confiança

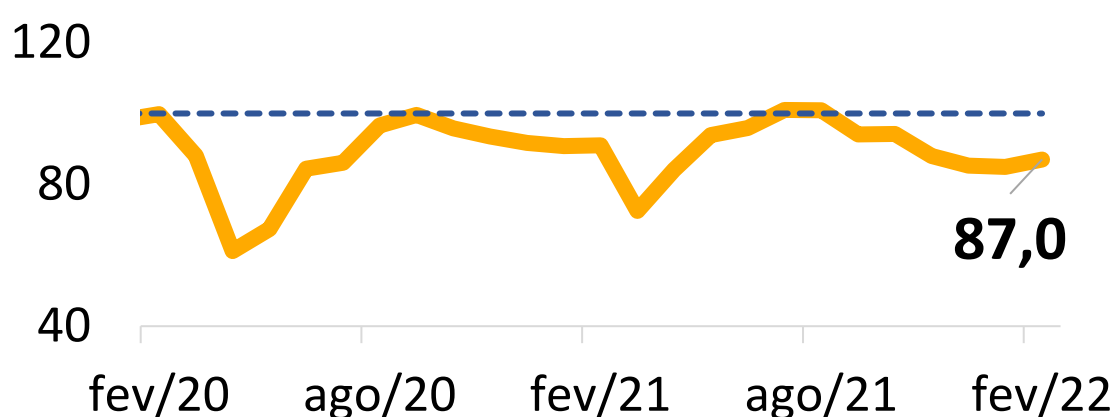
Comparação entre fev-22 e jan-22



Pela metodologia do indicador, valores acima de 100 mostram que a maior parte desses empresários está otimista; valores abaixo dessa marca indicam que a maior parte está pessimista. A última vez que o resultado superou a marca dos 100 pontos foi em agosto de 2021. O Indicador de Confiança é formado por dois componentes: o Indicador de Situação Atual, que mede a percepção dos empresários sobre o momento presente; e o Indicador de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos meses. Em fevereiro de 2022, o componente da situação atual pontou 78,1, bem abaixo dos 96,4 pontos registrados para as expectativas. Embora a confiança se situe acima dos patamares registrados no auge da crise sanitária, diante do quadro inflacionário e da desaceleração do crescimento ainda prevalece uma visão negativa sobre a situação atual e as expectativas.

Indicador de Confiança do Comércio

Série histórica | Número Índice de 0 a 200



Componentes da Confiança

Número Índice de 0 a 200

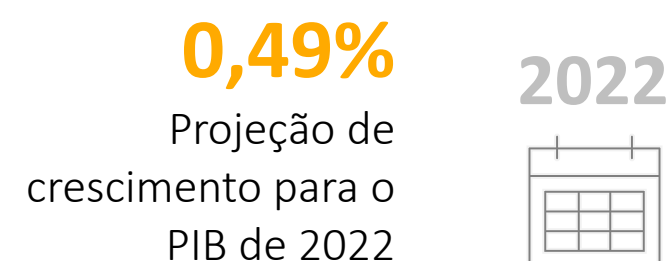
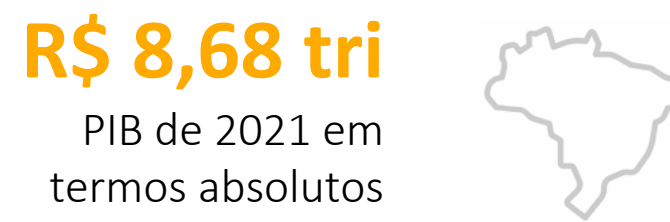
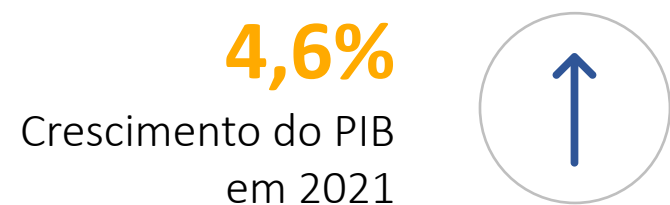


PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

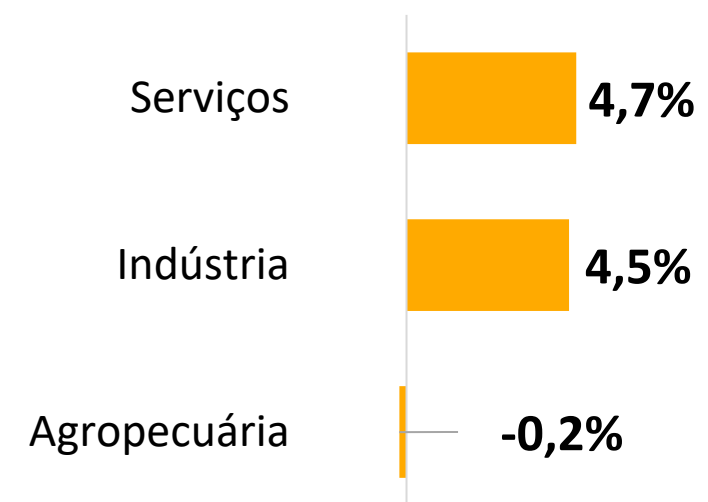
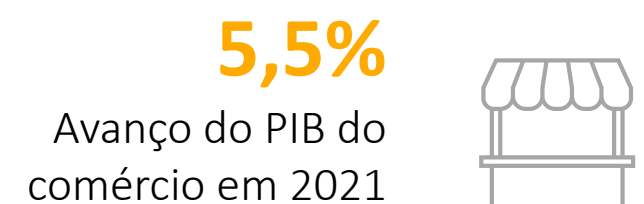
PIB brasileiro cresce 4,6% em 2021, mas ainda fica abaixo do observado em meados de 2014

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do PIB de 2021. Conforme o esperado, apesar da desaceleração do ritmo de avanço na segunda metade daquele ano, a atividade econômica cresceu. O crescimento do PIB foi de 4,6%. Em termos monetários, o país produziu R\$ 8,68 trilhões em bens e serviços finais. Desde 2010 a economia brasileira não registrava crescimento tão forte. Cabe a ressalva, no entanto, de que esse avanço incidiu sobre uma base deprimida pela crise sanitária. Em 2020, o PIB registrou queda de 3,9%. O resultado do último trimestre de 2021 coloca a atividade econômica em um nível ligeiramente acima do observado antes da pandemia. Os dados do PIB por setor mostram que os serviços tiveram um bom desempenho em 2021, com avanço de 4,7%. O PIB do comércio, que é parte do setor de serviços, segundo a classificação do IBGE, cresceu 5,5%. Analisando o desempenho ao longo da última década, constata-se que a economia brasileira não completou a lenta recuperação da recessão dos anos 2014-2017. Há 32 semestres o PIB fica abaixo do pico observado em meados de 2014.

PIB de 2021

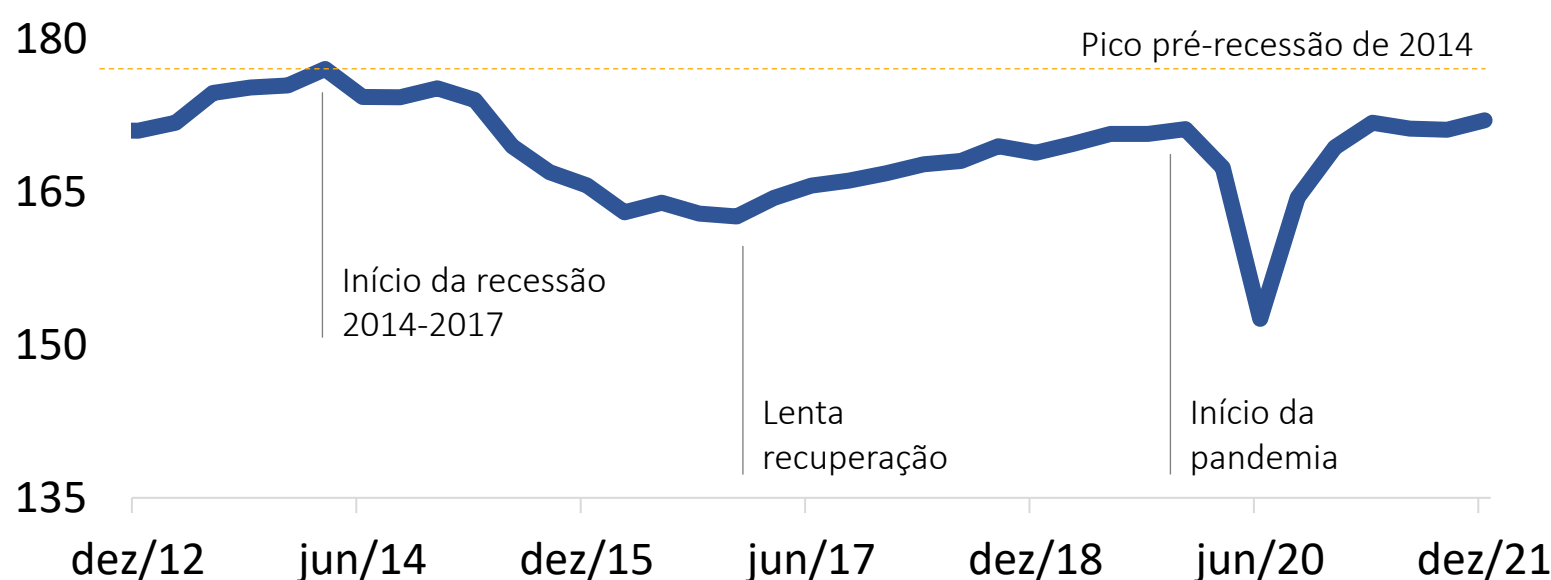


Setores do PIB



A última década do PIB

Número Índice com ajuste sazonal | PIB de 1995 = 100

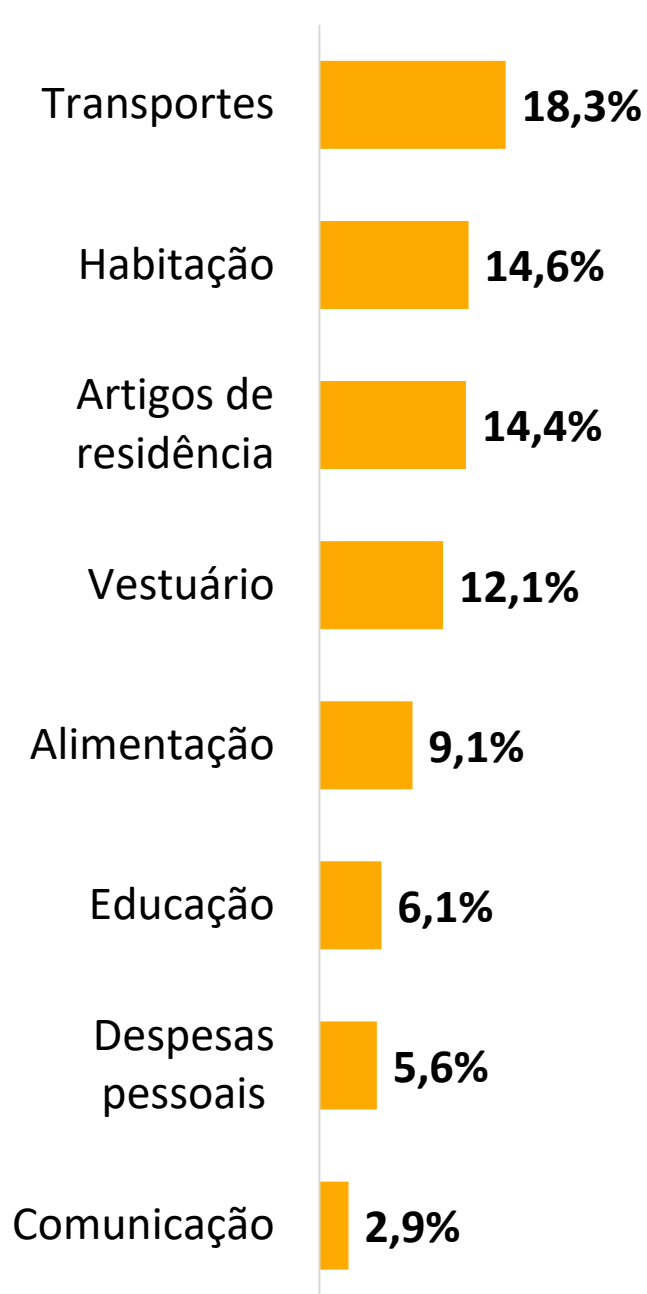


INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

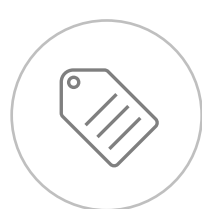
IPCA acelera para 10,5% em fevereiro; conflito no leste europeu eleva projeção de inflação em quase 1 ponto percentual

IPCA por grupos

Acumulado em 12 meses



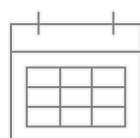
A inflação voltou a acelerar. De acordo com dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, em fevereiro de 2022, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 1,01% na comparação com o mês imediatamente anterior. Desde 2015 o mês de fevereiro não registrava uma variação tão expressiva. Com esse resultado, o índice acumula uma alta de 10,5% em 12 meses, muito acima da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional: 3,5%. Os dados de inflação por grupos de bens e serviços mostram que a maior variação foi registrada pelo grupo de Transportes, que inclui o item Combustível. Nesse grupo, a alta foi de 18,3% no acumulado de 12 meses. As projeções indicam que a inflação, já elevada, deverá ser impactada pelos efeitos do conflito no leste europeu, através de um choque no preço do petróleo e de outras commodities. Segundo o Boletim Focus, 2022 deverá encerrar com uma inflação de 6,45%. Há um mês, as projeções do Boletim indicavam uma inflação de 5,50%. Os temores com relação à inflação elevaram também as projeções pra a taxa SELIC. Hoje fixada em 10,75% ao ano, o mercado projeta a SELIC a 12,75% no fechamento de 2022.



1,01%

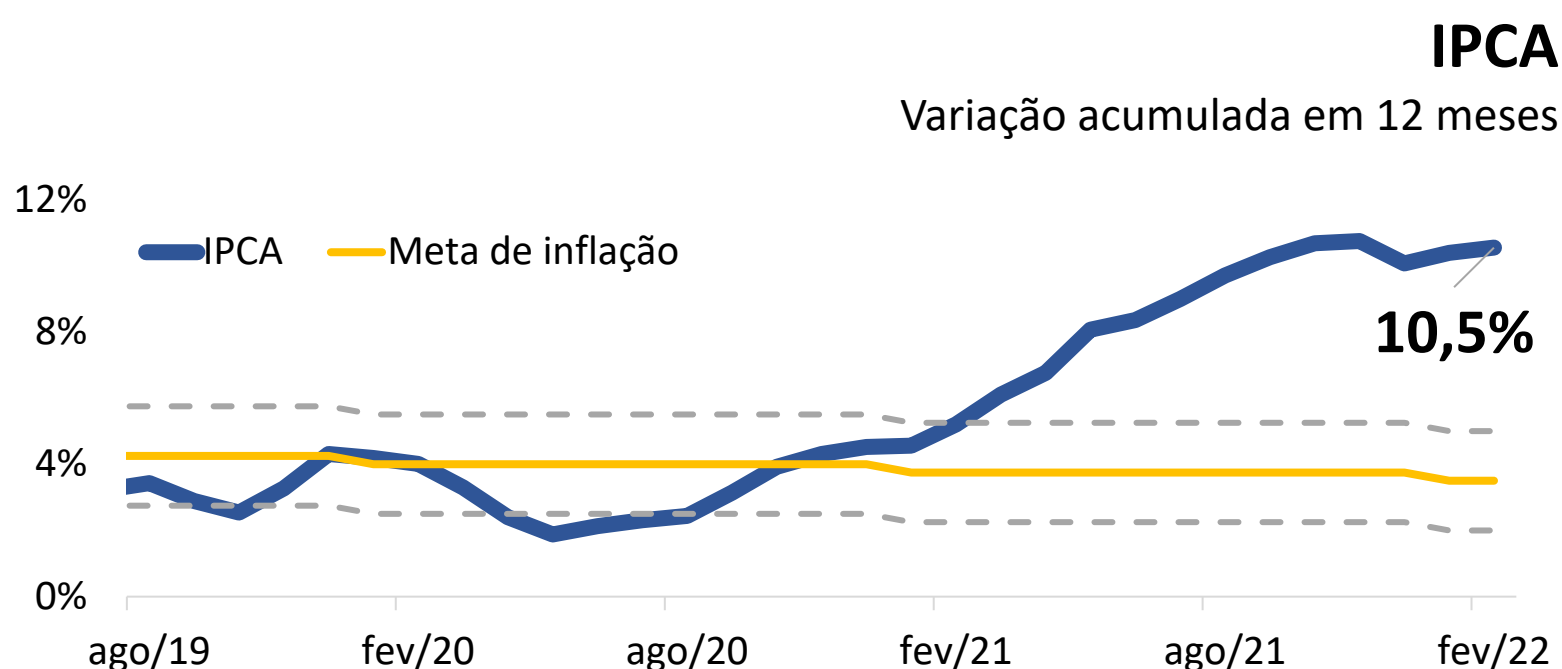
Varição mensal do IPCA (fev-22 ante jan-22)

2022



6,45%

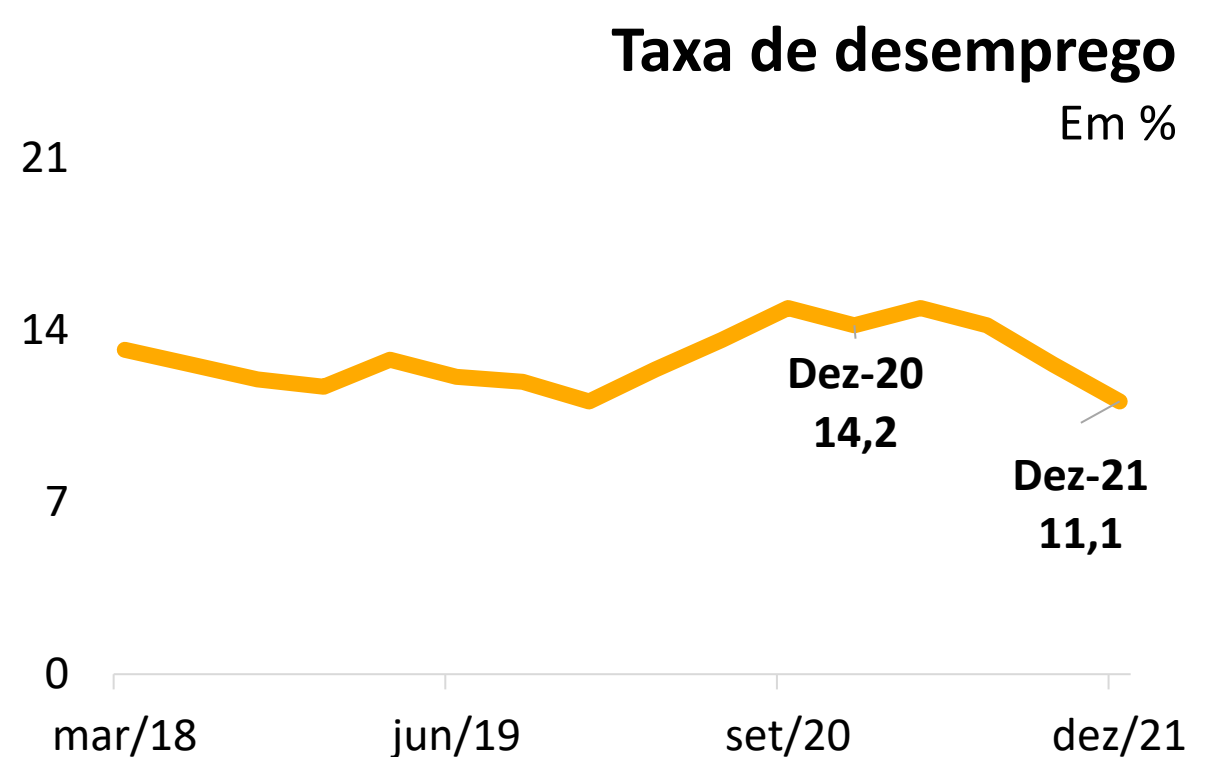
Projeção de avanço da inflação para 2022



MERCADO DE TRABALHO

Em janeiro, Comércio registra saldo negativo de criação de vagas; taxa de desemprego recua para 11,1% no quarto trimestre de 2021

Dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** mostram que o desemprego caiu ao longo de 2021. O trimestre encerrado em dezembro registrou uma taxa de desemprego de 11,1%. Para comparação, em dezembro de 2020, a taxa de desemprego chegou a 14,2%. O número reflete a recuperação da atividade econômica naquele ano, com avanço de 4,6% do PIB.



Os números do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, referentes ao universo dos empregos formais, confirmam a evolução positiva, embora gradativa, do mercado de trabalho. De acordo com o CAGED, em janeiro de 2022, o saldo de criação de vagas, isto é, a diferença entre o total de admissões e demissões, foi de 155,5 mil. O setor de serviços liderou a criação de vagas, seguido pela Indústria. O comércio registrou um saldo negativo de criação de vagas, com as demissões superando as admissões. De acordo com o CAGED, o setor fez 428,5 mil desligamentos e admitiu 368,4 mil novos colaboradores, resultando num saldo negativo de 61 mil vagas. Cumpre observar, no entanto, que esse é apenas um retrato do mês de janeiro. Considerando os últimos 12 meses, o comércio registra a criação positiva de cerca de 582 mil vagas.

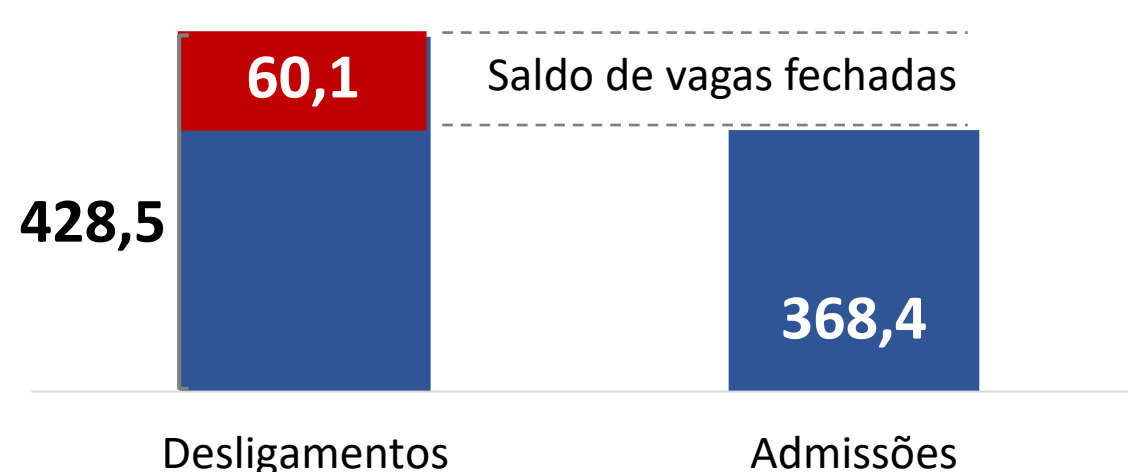
Saldo de vagas por setor

Em milhares

Total	155,2
Serviços	102,0
Indústria	51,4
Construção	36,8
Agropecuária	25,0
Comércio	-60,1

Saldo de vagas no Comércio

Em milhares

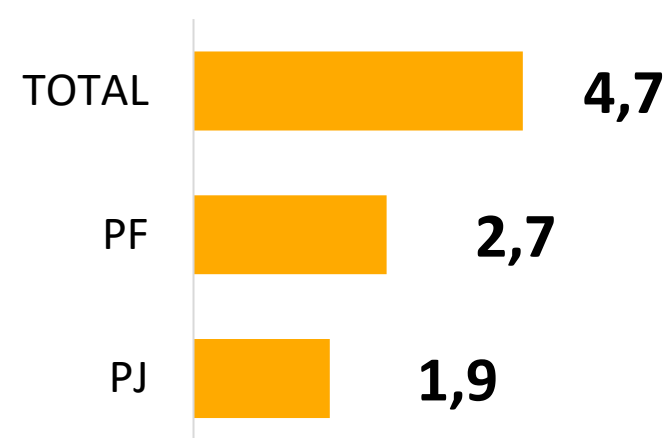


MERCADO DE CRÉDITO

Crédito a empresas recua na comparação anual; capital de giro e crédito pessoal são destaques entre as modalidades

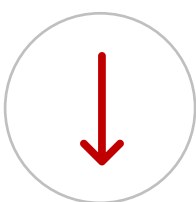
Saldo de crédito

Em trilhões de reais



10,0%

Crescimento do Saldo a PF (jan-22 ante jan-21)



-0,5%

Queda do saldo a PJ (jan-22 ante jan-21)

Maiores linhas de crédito

Empresas | em R\$ bilhões

Capital de giro	461,7
Desconto duplicata	159,2
Financiamento à exportações	120,6

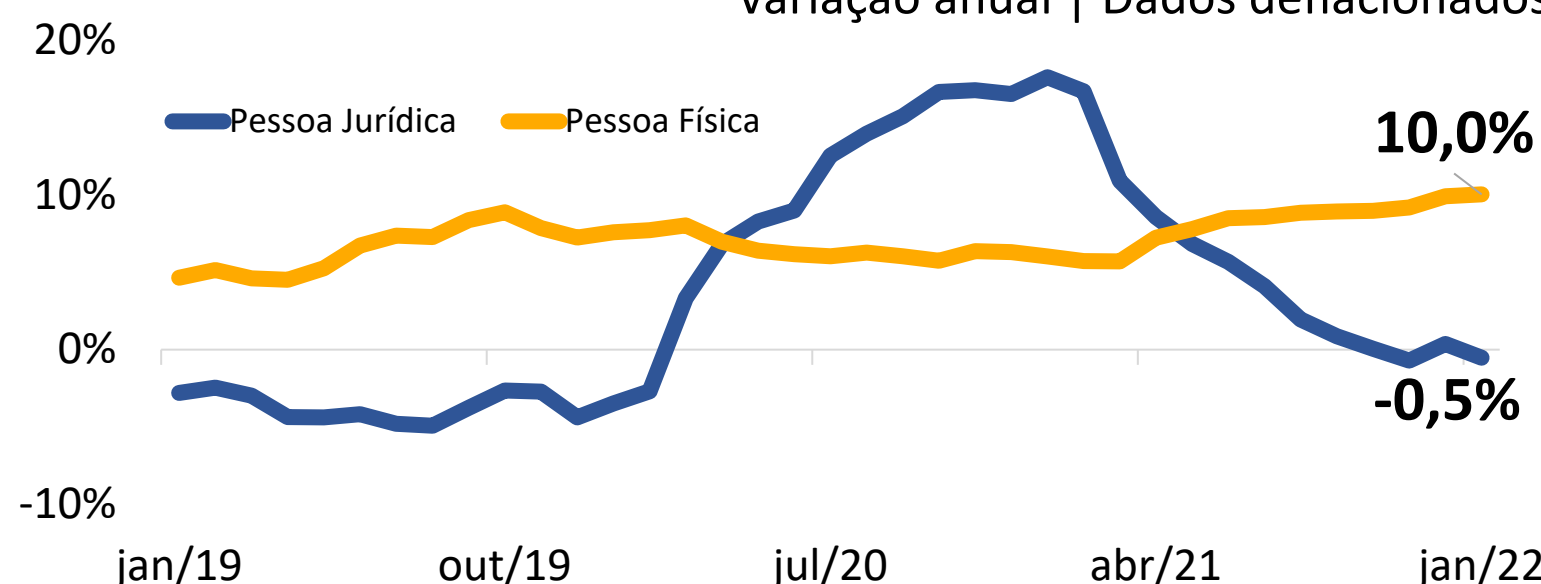
Famílias | Em R\$ bilhões

Crédito pessoal	733,3
Cartão de crédito	393,7
Aquisição de veículos	242,5

De acordo com o **Banco Central do Brasil (BCB)**, o saldo total de crédito, isto é, a soma de empréstimos e financiamentos ativos, alcançou R\$ 4,7 trilhões em janeiro de 2022, sendo que R\$ 2,7 trilhões estavam destinados a pessoas físicas e R\$ 1,9 trilhão estava destinado a empresas. Além de representar a maior fatia do crédito, os recursos a pessoas físicas seguem crescendo a taxas elevadas. Em janeiro de 2022, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o avanço foi de 10,0%, já descontando o efeito da inflação; por sua vez, o saldo de crédito a empresas apresentou ligeira queda na mesma base de comparação (-0,5%). Depois de exibir forte crescimento com o início da pandemia, o crédito a empresas desacelerou a partir do primeiro trimestre de 2021, até registrar as quedas mais recentes. Desconsiderando os financiamentos imobiliários e os empréstimos a juros subsidiados, as modalidades mais relevantes para pessoas físicas foram o empréstimo pessoal, seguido do cartão de crédito e do financiamento de veículos. No segmento de pessoas jurídicas, os destaques foram o capital de giro, o desconto de duplicatas e o financiamento à exportação.

Crescimento do saldo de crédito

Varição anual | Dados deflacionados



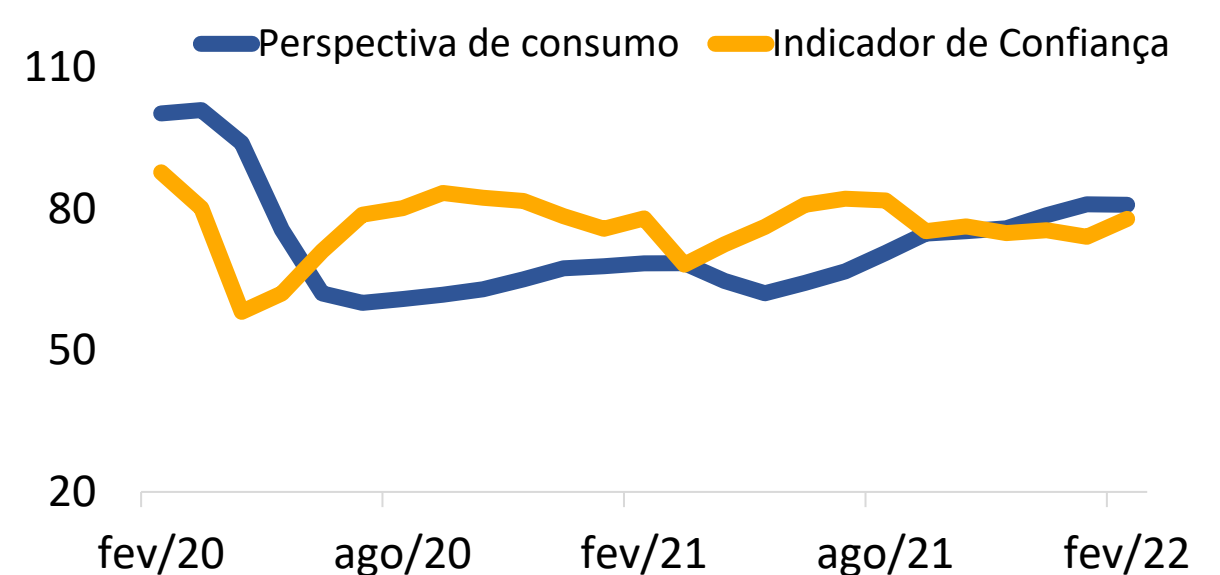
TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Perspectiva de consumo e confiança seguem abaixo do nível pré-pandemia

A confiança do consumidor é indicador antecedente do consumo. Quanto maior o otimismo com desempenho da economia e com a situação da vida financeira, maior tende a ser o consumo. Dados da **Fundação Getulio Vargas (FGV)** e da **Confederação do Comércio (CNC)** permitem comparar, através de sondagens com o consumidor, o indicador de confiança e a perspectiva de consumo.

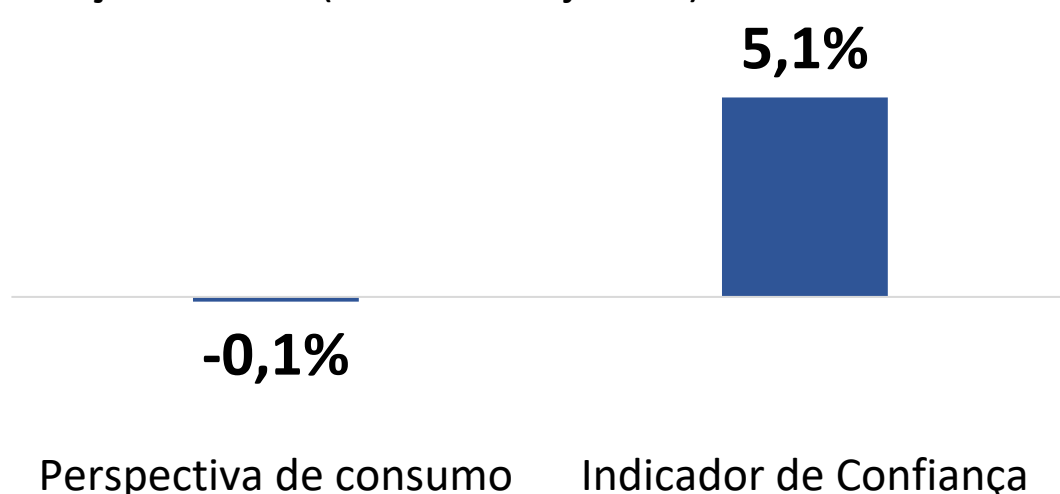
A comparação mostra uma forte queda dos dois indicadores no primeiro trimestre de 2020, quando se iniciou a crise da pandemia. A recuperação da confiança ocorreu de forma mais rápida, mas a partir do quarto trimestre de 2020, esse indicador passou a andar de lado, sem tendência de crescimento. Já a perspectiva de consumo demorou mais a reagir, mas vem crescendo de modo lento e contínuo desde então. Ambos os indicadores ainda se mantêm em um nível abaixo do observado antes da crise sanitária, embora distante das mínimas registradas no início de 2020. Restaurar a confiança dos consumidores e, assim, reativar o consumo é um desafio que requer o enfrentamento do quadro inflacionário e a redução do desemprego. Cumpre notar, ainda, o elevado nível de endividamento, que, segundo dados da CNC, registrou novo recorde em fevereiro de 2022, atingindo 76,6% das famílias.

Confiança e Consumo
Índices de zero a 200



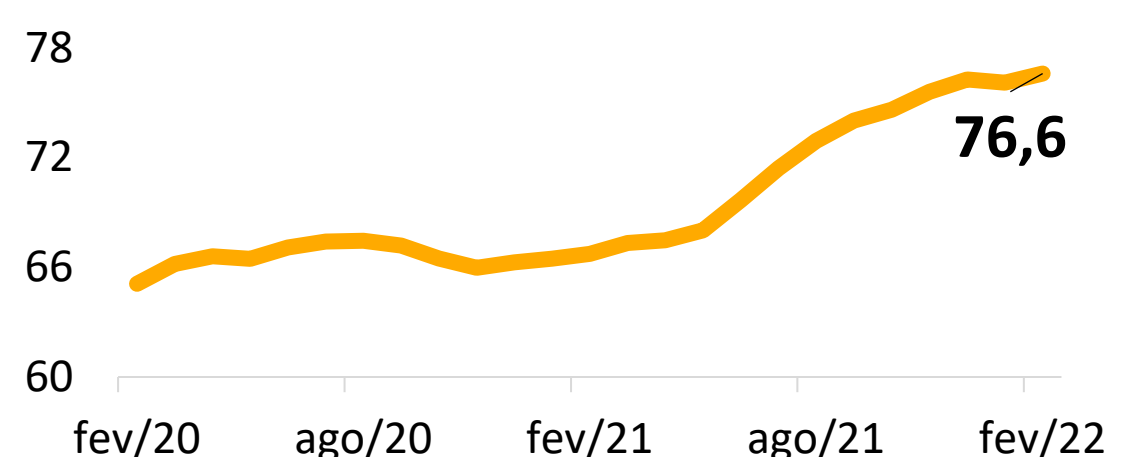
Confiança e Consumo

Varição mensal (fev-22 ante jan-22)



Endividamento das famílias

Percentual de famílias endividadas



PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



PERFIL DA MULHER EMPREENDEDORA

Seja por necessidade ou em busca de realização profissional, fato é que o empreendedorismo feminino cresce a cada ano. Para entender quem são essas mulheres e os principais desafios que enfrentam, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em parceria com o Sebrae, realizaram a pesquisa “**Mulheres Empreendedoras**”. O levantamento foi realizado com mulheres de todas as capitais do país, proprietárias de empresas dos setores de comércio varejista e serviços.

[Confira a pesquisa](#)



Média de idade: **41 anos**



Idade que tinham quando abriram o negócio: **32 anos**

ESTADO CIVIL

45%

CASADAS / UNIÃO ESTÁVEL

53%

SOLTEIRAS OU DIVORCIADAS

FILHOS

73%

POSSUEM FILHOS

31%

DE 0 A 11 ANOS

17%

DE 12 A 19 ANOS

RENDA FAMILIAR

- **71%** de 1 a 5 salários-mínimos
- Média de **3,4 salários** (equivalente a R\$ 4.242);
- **83%** pertencem a classe c/d/e
- **17%** a classe a/b
- **65%** são as principais responsáveis pelo pagamento das contas do lar

PERFIL DOS NEGÓCIOS



61%

INFORMAIS



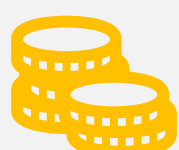
73%

NÃO POSSUEM
FUNCIONÁRIOS



22%

COMEÇARAM OS SEUS
NEGÓCIOS HÁ MENOS DE
2 ANOS



R\$ 3.010

É O VALOR MÉDIO DO INVESTIMENTO INICIAL

- **47%** trabalham de casa
- **24%** se deslocam até uma loja ou escritório próprio da empresa
- **55%** das mulheres casadas ou em união estável cuidam sozinhas das tarefas domésticas.

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



PERFIL DA MULHER EMPREENDEDORA

[Confira a pesquisa](#)

MOTIVOS PARA EMPREENDER

- **21%** o fato de que estavam desempregadas e resolveram abrir o próprio negócio para seu sustento
- **14%** perceberam uma boa oportunidade,
- **14%** tinham esse sonho

QUALIFICAÇÃO:

- **56%** das empresárias fizeram algum tipo de preparo para abrir o negócio, sendo que dessas:
- **60%** se preparam estudando e pesquisando sobre o negócio,
- **28%** tiveram ajuda de familiares e amigos que entendem do negócio.

CARGA HORÁRIA

- **36%** trabalham 8 horas por dia no próprio negócio
- **32%** trabalham de 9 a 12 horas por dia.
- Em média, as empresárias atuam **8,3 horas por dia**;

CARACTERÍSTICAS DO NEGÓCIO



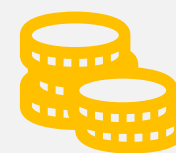
51%

SETOR DE SERVIÇOS



49%

COMÉRCIO VAREJISTA



R\$ 2.741

FATURAMENTO MÉDIO
MENSAL

OS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO SÃO:

- Salão de beleza
- Cabeleireira
- Bares
- perfumaria, entre outros;
- Estética
- Restaurantes
- confeitaria, vestuários e cosméticos

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas:

Afastamento da gestante trabalhadora



O **PL 2058/2021** de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e relatado pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho de trabalhadoras gestantes.

Com a rejeição da MP 1045/2021 que vinculava o PL ao BEm (Benefício Emergencial), foi apresentado novo parecer pela relatora, a proposta garante a manutenção dos postos femininos no mercado de trabalho e segurança para as mulheres, determinando que somente as grávidas totalmente imunizadas podem voltar ao trabalho. Além disso, para as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade ainda não estão imunizadas, o PL previa também a equiparação à gravidez de risco, permanecendo a gestante afastada de atividades mediante o pagamento do salário-maternidade.

Situação: Sancionado em Lei no dia 10 de março de 2022. A Lei 14.311/22, possibilita o retorno das gestantes imunizadas ao trabalho presencial. O texto, no entanto, traz vetos importantes ao texto original aprovado pela Câmara e pelo Senado, em especial o ponto que previa o salário maternidade nos casos que impossibilitassem a gestante para o retorno ao trabalho.

Próximos passos: A Lei está em vigor, todavia será necessário trabalhar pela derrubada do veto parcial em sessão do Congresso Nacional a ser agendada.

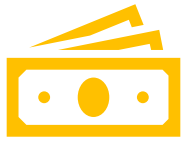
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)



O **PL 4728/2020**, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, aprovado pelo Senado em 05 de agosto, mas ainda aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Próximos passos: aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

Reforma Tributária



O **PL 2337/2021**, IR, IPI e Lucros e Dividendos, de acordo com o texto, que tem Senador Ângelo Coronel (PSD-BA), como relator, os lucros e dividendos (PJ) serão taxados em 15% a título de Imposto de Renda na fonte, mas fundos de investimento em ações ficam de fora. (PF) faixa de isenção passa de 1.903,98 para 2.500 reais mensais, uma correção de 31,3%.

Situação: O Relator Senador Ângelo Coronel (PSD/BA) tende a manifestar parecer favorável considerando o ano eleitoral e as alterações de alíquotas para pessoas físicas, mas cabe atenção quanto ao impacto da cobrança de alíquota de 15% sobre os dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas.

Próximos passos: Aguarda votação pelo Senado Federal.

A **PEC 110/2019**, “unificação da base tributária do consumo”, com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, ou seja, um IVA para a União (unificação de IPI, PIS e Cofins), chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um IVA para estados e municípios (unificação de ICMS e ISS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Situação: Aguarda votação pelo Senado Federal, relatado pelo Senador Roberto Rocha (MDB-MA). Previsto análise pela CCJ do Senado dia 16/02 de 2022.

Próximos passos: Aguarda votação pela CCJ do Senado Federal.

PL 3887/2020 (unifica o PIS/Cofins em 12% alíquota)

Situação: aguarda parecer do Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP), o relator, esteve presente do painel do V Fórum Nacional do Comércio dialogando com o setor produtivo. Tem sido colocado como prioridade para 2022, vamos acompanhar se pauta.

Próximos passos: Aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.



O **PLP 46/2021**, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária. O programa vai renegociar dívidas do Simples em até 180 meses e estabelecer descontos conforme a queda no faturamento da empresa no período de março a dezembro de 2020, na comparação com igual período em 2019.

Situação: Em 10 de março de 2022, foi derrubado o veto pelo Presidente da República em 07/01/2022.

Próximos passos: Todas as empresas que tenham débitos precisam fazer o parcelamento através do Refis até o dia 31 de março, data data-limite para que todos que estejam adimplentes e se mantenham no Simples Nacional.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)



A **PEC 17/2019**, um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.

Situação: Em vigor, promulgada em Lei pelo Congresso Nacional em 10 de fevereiro de 2022.

Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Busca permitir que tenhamos documentos de arrecadação da União, dos Estados e Municípios, **padronizados**. Hoje temos mais de cinco mil documentos tributários só no âmbito municipal, o que dificulta em muito o pagamento de impostos.

E dever administrativo das empresas de comprovar que o pagamento do tributo foi realizado. Mais do que uma complicação burocrática, essas obrigações representam um custo altíssimo ao país. Cálculos da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), apontam que o Brasil gasta, em um número considerado conservador, algo como R\$ 152 bilhões por ano com a manipulação desses documentos.

Situação: Em 26/10, o deputado Efraim Filho protocolou na Câmara dos Deputados o PLP 178/21.

Próximos passos: Aguarda ser deliberado e pautado pela Câmara dos Deputados.

Aumento do teto simples nacional seja de 4,8 milhões



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 127/2021 para impostos estaduais e municipais (incluindo ICMS e ISS) junto ao Simples Nacional, tenho como teto do valor de 4,8 milhões, o mesmo para impostos federais.

Situação: Apresentado pelo Senador Jorginho Mello (PL/SC), atual presidente da Frente Parlamentar mista em defesa da Micro e Pequena Empresa, e por conseguinte essa bandeira será levada pela CNDL à União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) com intuito de que seja apoiado e realizado um trabalho conjunto no Congresso Nacional em prol da alteração da LC 123/06 através da atuação dos parlamentares da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS).

Próximos passos: Aguarda ser pela na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

